



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro abertos os trabalhos da primeira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que irá discorrer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, a quem chamo para compor a Mesa. O Sr. Ministro já se encontra à mesa.

Anuncio a presença do Sr. João Bernardo Bringel, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Convido também para compor a Mesa o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, Deputado João Leão, que já se encontra aqui, e o Relator Geral da Proposta Orçamentária para 2008, Deputado José Pimentel.

Comunico que está disponível na página da Comissão na Internet e na Secretaria o texto explicativo sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, enviado hoje pelo Ministro, conforme escrito no § 1º do art. 84 da Resolução nº 1/2006-CN.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser apartado desde que o permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a partir deste momento a lista de inscrição para o debate será aberta.

Com a palavra o Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Prof. Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador José Maranhão. Cumprimento V.Exa.; o Deputado João Leão, Relator da LDO; o Deputado José Pimentel, que também está à mesa; os Srs. Deputados e os Srs. Senadores. Quero começar dizendo que cheguei meio apertado aqui, com a mídia e o pessoal conversando, e não cumprimentei os nossos amigos, mas é uma satisfação estar nesta Comissão.

Embora essa discussão sobre a LDO seja obrigatória, embora tenhamos que fazer oficialmente esse debate, é uma satisfação vir aqui debater com as senhoras e os senhores mais esse projeto.

Preparamos uma exposição em que procuramos mostrar de maneira resumida os pressupostos e parâmetros que usamos para a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, e queria fazer a apresentação. Talvez se conseguíssemos apagar essa luz aqui fosse melhor para a visualização dos Parlamentares. Pedimos para distribuir cópias daqui a pouco.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ali estamos mostrando os parâmetros macroeconômicos que utilizamos — isso é relativo ao início de abril — para elaborar o nosso projeto. Temos uma previsão de crescimento para 2007 de 4,5%, e de 5% para os 3 próximos anos. O Produto Interno Bruto — e esta já é uma previsão neste ano, de acordo com a nova metodologia do IBGE — será de 2,523 trilhões de reais, crescendo em 2008, 2009 e 2010 consecutivamente para 2,7 trilhões; 3,3 trilhões; e 3,324 trilhões de reais.

O superávit primário do setor público está programado para 3,80% do Produto Interno Bruto.

Todos os Parlamentares presentes sabem, mas não é demais ressaltar, que estipulamos esse percentual porque ele é igual em termos de valores ao antigo percentual de 4,25% do PIB com a metodologia anterior. Estamos programando o mesmo esforço fiscal que havíamos programado nos anos anteriores, algo que estava programado para 2008 em valores. Entrou como percentual do Produto Interno Bruto agora.

A dívida líquida do setor público, em termos de percentuais do Produto Interno Bruto, deve encerrar-se este ano em 43,9%; em 2008, cairá para 41,4%; em 2009, cairá para 38,8%; em 2010, para 36% do PIB.

Para o IPCA temos uma previsão de 4,5% para os próximos 4 anos — aliás, para 2007 e os 3 próximos anos.

Colocamos a taxa SELIC em termos reais — embora todos aqui saibam, é bom dizer que é a projeção do mercado, o Governo não faz projeção de taxa de juros — em 7,3% este ano, caindo para 6,3%, para 5,6% e para 5,2% nos próximos anos. A taxa de câmbio fica em 2,17% em 2007; até 2010, em 2,37%.

A próxima figura mostra o quadro dos nossos resultados fiscais no período de 2005 a 2007. A meta de resultado primário, em 2005, foi de 61 bilhões de reais, equivalendo a 3,15% do PIB; em 2006, 65 bilhões de reais, equivalendo também a 3,15% do PIB; e a reprogramação para este ano de 71,1 bilhões de reais.

A meta de resultado primário, ajustada já com o PPI, em 2005, é de 60 bilhões de reais; em 2006, de 62,294 bilhões; e, para este ano, 66,510 bilhões de reais. *(Pausa.)*

Esses 66 bilhões de reais, lembra-me o Sr. João Bernardo, não levam em consideração que estamos com proposta para aumentar o PPI.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O resultado primário obtido em 2005 foi de 68 bilhões, quase 69 bilhões de reais; em 2006, quase 65 bilhões de reais; e, para este ano, a projeção é a mesma, de 66 bilhões de reais, divididos em fiscal e seguridade, estatais, e o resultado acima da meta foi de 8,8 bilhões de reais, em 2005, e 2,6 bilhões no ano passado.

O resultado nominal do Governo Federal está indicado também. Tivemos déficit em 2005 de 3,05% do PIB; no ano passado, de 2,74% do PIB. A dívida líquida apenas do Governo Federal, em 2005, fechou em 31,78%; em 2006, em 31,51% do PIB.

A meta de superávit primário para o setor público consolidado está fixada em 3,80%, conforme já mencionamos, sendo 2,20% do PIB para os Orçamentos fiscal e da seguridade; 0,65% do PIB para as estatais federais; e 0,95% do PIB para os governos subnacionais.

O projeto-piloto de investimento para 2008 será de 12,365 bilhões de reais. *(Pausa.)*

Esse é um gráfico que mostra justamente aquele resultado relativo à evolução, o resultado do superávit primário, ano a ano, com as previsões para os próximos anos de 3,80%, e a projeção da evolução da dívida líquida do setor público. Isso também já foi dito. Trata-se apenas do gráfico para ilustrar a previsão de chegada, em 2010, a 36% do PIB.

O anexo de metas fiscais mostra as nossas receitas e despesas primárias e o resultado.

Aqui vemos o resultado nominal em termos de valores. Para 2008, temos a previsão de fechar com 1,1% de déficit; em 2009, com 0,83% de déficit nominal; em 2010, com 0,49%. A dívida líquida do Governo Federal — e não é do setor público de maneira geral — será de 23% do PIB em 2010.

Nesse quadro temos um demonstrativo do projeto-piloto de investimentos, apresentando valores de 2007 a 2010 evoluindo, começando neste ano com valor aumentado de 11,283 bilhões de reais, equivalendo a 0,45% do PIB, e os valores até 2010 de 14,865 bilhões de reais, correspondendo a 0,45% do PIB.

Os principais pressupostos utilizados na estimativa da Receita são a manutenção da CPMF e da DRU nas mesmas condições atuais, conforme a PEC que encaminhamos ao Congresso Nacional.

Apresentamos algumas novidades: a redução da contrapartida dos entes subnacionais para projetos englobados pelo PAC e para diversas áreas, como saneamento ambiental, habitação ou aqueles que beneficiarem municípios carentes — isso já está no projeto que altera a LDO de 2007 —; a disponibilização ao cidadão, por meio da Internet, de consulta ao extrato de convênio ou outro instrumento utilizado, contendo ao menos os valores liberados e a finalidade.

No caso de não ser aprovada a LOA até 31 de dezembro — não sendo sancionada —, a programação constante seria executada em duodécimos, sendo que no caso de despesa de capital e de gastos correntes inadiáveis ficam limitados a um doze avos por mês da dotação do projeto para 2008.

Relativamente ao reajuste do salário mínimo, mantivemos a mesma regra que tem sido utilizada nas LDOs anteriores. Aliás, foi uma inovação incluída há 3 anos pelo próprio Congresso Nacional. Refiro-me à regra de reajuste real: a inflação mais o crescimento do PIB real *per capita*.

Por que colocamos isso? Temos um projeto de lei que muda a regra para a atualização do valor salário mínimo. Mas isso está em discussão aqui. Colocamos isso por questão de prudência. Se a Comissão Mista estiver absolutamente segura de que vai aprovar o projeto, nada impede que faça a mudança. Mas há uma previsão do que aconteceria com o salário mínimo pela regra atual que tem sido utilizada — inflação mais PIB *per capita*. A proposta que está tramitando nesta Casa, parece-me, já foi aprovada na Comissão Especial que trata da matéria. Dá uma diferença razoável em termos de valores.

Aqui temos um gráfico que mostra a evolução do salário mínimo conforme a nova regra.

Sr. Presidente, a exemplo do que tem acontecido em anos anteriores, nossa expectativa é de que haja um debate intenso. Esta Comissão é composta por Parlamentares extremamente diligentes, pessoas que têm formação, que são preparadas. Evidentemente, nossa expectativa é de que o projeto saia melhor do que veio para cá.

Esta audiência pública tem como objetivo fazer o primeiro debate público, embora tenhamos feito diversas reuniões de caráter técnico com o Relator João Leão e as equipes da Consultoria de Orçamento tanto da Câmara como do Senado. Já temos tratado disso. Sei que o Deputado João Leão está bastante adiantado na confecção do seu substitutivo. Mas esta audiência tem o condão de melhorar o nível do debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Relator, Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de prestar uma homenagem a um colega da Comissão, autor do livro *Curso de Direito Financeiro*, Regis Fernandes de Oliveira.

Meu caro Ministro, ex-Prefeito da cidade de São Paulo, uma das grandes figuras desta Comissão, S.Exa. trata da LDO em capítulo do seu livro. Dá notas explicativas sobre a LDO, diz que a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

subseqüente. Trata do Plano Plurianual, dos Orçamentos anuais. Não poderia deixar de citar isso, que tem sido uma minibíblia para mim na elaboração do relatório da LDO. Infelizmente, em função de problemas no plenário, o Deputado Regis de Oliveira não está presente.

Chama-nos a atenção o § 2º do art. 165 da Constituição Federal. Ele exige do administrador que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao lado de estabelecer metas e prioridades, orientar a Lei Orçamentária Anual e dispor sobre política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, trate do equilíbrio entre receita e despesa.

Em síntese, meu caro Ministro Paulo Bernardo, nosso grande companheiro; meu caro Secretário Executivo, João Bernardo — aqui é Bernardo para lá e Bernardo para cá; o Governo Lula escolheu os Bernardos para comandar a questão financeira deste País —, o Governo que gasta mais do que arrecada ou é de Esquerda, ou não é. Aliás, de Esquerda nem de Direita; ele é incompetente mesmo. Então quero parabenizar V.Exas., o Presidente Lula, o nosso Ministro da Fazenda, que vêm tratando do equilíbrio financeiro das nossas contas.

No campo externo, as boas condições econômicas do País e o acúmulo contínuo de reservas, hoje ao redor de 110 bilhões de reais, têm levado a sucessivas quedas do Risco País, atualmente situado em torno de 150 pontos, abaixo da média dos países emergentes. Essa situação nunca foi observada em todos os anos para trás.

A meta do superávit primário do setor público é reduzida de 4,20% do PIB em 2006 para 3,80% a partir de 2007. Essa diminuição, mantidas as demais condições, especialmente quanto à arrecadação, é consistente com a manutenção da trajetória de queda da dívida líquida do setor público em relação ao PIB, o que indica sustentabilidade da nova política fiscal de reduções controladas.

Quero ouvir os companheiros, caro Ministro Paulo Bernardo. Após a resposta de V.Exa para os companheiros, vou lhe fazer algumas perguntas sobre a nossa LDO. Mas eu vou deixar ao Plenário a oportunidade de fazer algumas perguntas a V.Exa. Enquanto isso, vou observar os companheiros e fazer depois alguns questionamentos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Relator, estamos iniciando a discussão da LDO sob a égide da nova Resolução nº 1, de 2006, que entre outras coisas limita o emendamento à LDO, até para facilitar o processamento das informações.

O Relator, Deputado João Leão, vem tratando do atendimento das emendas que venham a ser feitas ao Plano de Metas, que se incorporou agora à mensagem enviada pelo Ministério do Planejamento.

Temos a novidade este ano que é o Relator da Receita, o nosso Senador Francisco Dornelles, que está encarregado de acompanhar a arrecadação e estabelecer o seu relatório antes da votação do relatório preliminar do Orçamento. Portanto, teremos uma reavaliação da Receita feita à luz dos números que conseguirmos alcançar até o momento da aprovação do relatório preliminar.

Gostaria de tirar uma dúvida com o Ministro sobre a sua explanação. S.Exa. alegou que a diferença de 4,25% para 3,80% se dá pela mudança do cálculo feito com os dados do IBGE. Mas essa mudança coincide com os valores do PPI, de 0,45% do PIB. Então temos, na verdade, uma ampliação dos investimentos em 0,45% do PIB, porque se é alegado que os 3,80% do PIB atual são, em números reais, os mesmos 4,25% do PIB calculados anteriormente, sob a outra regra, temos na verdade um acréscimo de 0,45% do investimento. O PPI aqui consta como 0,45% do PIB. São 11 bilhões de reais.

Se os 3,80% que estão sendo colocados como superávit primário representam em valores o mesmo que representavam os 4,25%, estamos, na verdade, com um investimento acima de 11 bilhões de reais, porque antes estávamos retirando dos 4,25%, Sr. Ministro, os valores para uma aplicação no PPI. Na lógica anterior, o PPI era na verdade resultado de uma redução dos valores do superávit primário.

Salvo engano, estou com a impressão de que temos mais recursos para investimento nesse Orçamento e que o PPI não é mais parte do superávit primário, como vinha sendo antes, e sim um acréscimo efetivo no programa de investimentos do Governo. Então peço a V.Exa. que esclareça essa dúvida.

Sobre a questão do déficit nominal, percebo que nossa reserva está em 110 ou 120 bilhões de dólares, e temos a nossa dívida interna.

Queria também indagar o seguinte: o Governo poderia amortizar parte da dívida interna com os recursos da reserva, na medida em que a reserva está muito além do necessário. Em vários períodos nossa reserva foi de 20 ou 30 bilhões de dólares. É evidente que essa reserva maior nos dá uma tranquilidade também maior na avaliação do Risco País. Vamos dizer que tirássemos 80 bilhões de dólares para amortizar parte da dívida interna. Por quê? Porque a remuneração da aplicação da reserva é muito baixa. É uma aplicação feita no exterior a juros baixíssimos; e a remuneração da dívida interna é muito alta. Temos juros ainda elevados para os patamares mundiais.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pergunto por que o Governo não aplicaria essa fórmula de utilizar parte da reserva para amortizar a dívida interna, na medida em que temos tido superávits mensais. E devemos ter este ano mais 40 ou 50 bilhões de dólares de superávit. Então a nossa reserva se recomporia também rapidamente.

São essas as duas questões que formulo ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Ministro, para responder ao interpelante.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. V.Exa não considera mais produtivo que façamos um bloco de 3 Parlamentares fazendo uso da palavra, para que, em seguida, V.Exa. dê a palavra ao Sr. Ministro? Seria mais rápido e permitiria na resposta que perguntas eventualmente feitas pudessem ser respondidas de uma única vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A sugestão de V.Exa. é irrecusável. Em função disso, passo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Obrigado, Presidente. Foi coincidência.

Saúdo V.Exa.; o querido Ministro, Deputado Paulo Bernardo; nosso Relator, Deputado João Leão, meu conterrâneo; seu assessor, João Bernardo, que também nos alegra com a sua presença; e o Deputado Walter Pinheiro, coordenador da bancada baiana, que compõe a Mesa. Portanto, sou seu liderado também.

Sr. Ministro, pertenço aos Democratas. Portanto, sou Oposição ao Governo. Mas, apesar de crítico do Governo, não posso deixar de reconhecer que V.Exa. na minha opinião é o melhor Ministro do Governo Lula.

E o faço por considerar que, primeiro, V.Exa. tem a mente voltada para o conjunto do País. Ou seja, não está sectariamente apenas imbuído do propósito de desenvolver o eixo rico do País — São Paulo, Rio e Minas. Pertence a um Estado do Sul do País, e eu, nordestino, sou testemunha do esforço que V.Exa. faz para distribuir a riqueza pelo País, nas suas diversas regiões.

Portanto, quero, diante dessa premissa, expor a V.Exa. algumas considerações, no intuito de enriquecer sua exposição.

Em primeiro lugar, considero que o Projeto de Lei Orçamentária enviado a este Parlamento não tem muitas inovações. Mas tem uma que me preocupa muito, Ministro. Não tenho dúvida de que o Deputado João Leão irá ouvir as críticas dos seus companheiros, no intuito de aperfeiçoar esse dispositivo.

Esse dispositivo prevê que, se a LDO não for aprovada até o dia 31 de dezembro de 2007, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das diversas despesas, inclusive as constantes do orçamento de investimentos, na forma do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo.

Ora, Sr. Presidente, meu querido Ministro, nobre Relator, se o Governo detém a maioria Parlamentar dentro da Comissão de Orçamento e do plenário; se o Governo intencionalmente desejar obstruir, por ter a maioria, a aprovação desse projeto, e essa responsabilidade não vier da Oposição, o Governo agirá, não tenha dúvida, de forma democrática, porque a democracia prevê a decisão pela maioria, mas imporá a este Parlamento uma situação no mínimo *sui generis*, qual seja, a de que não vota, por iniciativa da maioria do Governo, a própria peça orçamentária, a LDO, e pode executar unilateralmente o Orçamento enviado, no valor de um doze avos. Se fosse só o custeio, como estava nas regras anteriores, menos mal. Mas prevê também investimentos de um doze avos.

Essa questão é extremamente preocupante, porque vejo desassociada da democracia. Ela retira do Congresso Nacional a participação de legislar e, mais do que isso, aperfeiçoar, como temos feito em diversas oportunidades, a peça enviada pelo Governo. Aí, sim, volto à premissa inicial, podendo ceifar de morte a interferência do Congresso Nacional para que haja distribuição da riqueza do País nas suas diversas regiões. E é por isso que estamos aqui, para defender nossos Estados e o conjunto da Federação.

Essa é a primeira questão que levanto a V.Exa. e gostaria de ouvir a posição do Governo. É fundamental modificarmos esse item, diante da situação que apresento.

A segunda questão diz respeito ao PAC, inclusive à programação do PPI. A dotação é de 25 bilhões de reais, excluindo o PPI. Na minha opinião, a execução está sendo extremamente morosa, porque até 7 de maio de 2007 foi executado somente 1,45%. Como, em decorrência do PAC, foram editadas medidas provisórias com vigência imediata em diversas ações, gostaria de saber o que está acontecendo na execução desse Programa de Aceleração do Crescimento.

Deixo claro que os Democratas tiveram a posição de obstruir no plenário as medidas, mas não de votar contra. Não votamos contra. Os Democratas votaram e fizeram modificações em algumas das medidas provisórias que foram editadas. Mas fizemos o processo de obstrução porque estávamos desejosos de que a CPI do Apagão Aéreo fosse efetivamente criada, instalada nesta Casa, e acabou sendo por determinação do Supremo Tribunal Federal, marcando posição a respeito da situação. Mas jamais fomos contra uma medida que se propõe intencionalmente a beneficiar o conjunto do País.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se os investimentos do PAC são tão importantes, por que a execução até o mês de maio ainda estava em 1,45% do seu montante?

De igual forma, Sr. Presidente, abordarei aqui a questão das estradas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Lembro ao orador que seu tempo já se esgotou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que me dê mais 2 minutos para concluir. Formularei mais duas questões e serei breve.

Ministro, temos um problema grave com as estradas federais, e o PAC, como o PPI, prevê investimentos nesse setor. Porém, como eu disse anteriormente em relação ao conjunto do PAC, no caso específico das estradas federais, até meados de maio de 2007, apenas 0,94%, menos de 1% dos 32 milhões de reais de dotação, do total de 3,5 bilhões de reais previsto no PPI, foi liberado.

Temos um problema grave no País: o Custo Brasil, oriundo do excesso de prejuízo nos fretes. O custo dos fretes é alto, os caminhões quebram, a vida está sendo ceifada em diversos acidentes. Temos previstos no PPI e no PAC recursos de 3,5 bilhões de reais; no entanto, até maio, só foi executado menos de 1%, precisamente 0,94%.

Gostaria de ouvir de V.Exa. o que está emperrando a liberação desses recursos e o que o Ministério pode fazer.

Por último, falarei da questão da DRU e da CPMF.

Ministro Paulo Bernardo, V.Exa. deixou claro na sua exposição que é fundamental a manutenção da CPMF e da Desvinculação das Receitas da União, nas mesmas condições atuais, conforme a PEC encaminhada pelo Poder Executivo, para se manter as estimativas de receita e, claro, a consolidação tanto do PPI quanto do PAC e as metas de superávit fiscal do País.

Porém, temos visto que a CPMF, que era provisória, tornou-se permanente. Objetivamente, os recursos da CPMF, Ministro, irão ser destinados a quê? Gostaria que V.Exa. nos dissesse para onde serão destinados os recursos da CPMF, porque sempre votei a favor da prorrogação. Este é um momento novo, e vamos discutir novamente. O partido está com uma posição formada de não aprovar a CPMF e, em relação à DRU, estendê-la a Estados e Municípios.

Então minha última pergunta é esta: para onde serão destinados os recursos da CPMF? Em relação à DRU, por que não compartilharmos a desvinculação das receitas com Estados e Municípios, para que eles possam também desvincular os recursos hoje que estão vinculados, como deseja o Governo Federal para si próprio?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço-lhe a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Antes de conceder a palavra ao Senador Jayme Campos, lembro aos oradores que dispõem de 5 minutos improrrogáveis, porque ainda terão direito a tréplica.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Não vou usar nem os 5 minutos, Sr. Presidente.

Caro Senador José Maranhão; ilustre Relator, Deputado João Leão; Sr. Ministro Paulo Bernardo; coordenador da bancada baiana, Walter Pinheiro, grande líder inconteste daquele Estado bondoso, extraordinário; Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Ministro, vou fazer 2 ou 3 perguntas a V.Exa., de forma bem objetiva.

Na LDO de 2006, tínhamos um dispositivo que limitava os gastos do Governo com as despesas correntes. Em 2007, esse dispositivo foi introduzido por esta Comissão no Orçamento, porém foi vetado pelo Poder Executivo. Analisando a LDO para 2008, não foi detectado tal dispositivo. Pergunto a V.Exa. qual o motivo que leva o Governo a não introduzir tal dispositivo, limitando os gastos do Governo com despesas correntes. Segundo, onde estão as limitações do Governo com despesas de publicidade e diárias? Pergunto isso até porque, Sr. Ministro, recentemente votamos nesta Comissão matéria correlata. Gostaria de saber de V.Exa. por que não constar do projeto de lei tal dispositivo, com a limitação de tais gastos. Vou pular uma pergunta e ser mais pragmático e objetivo.

Ministro, sou de um Estado eminentemente agrícola e pecuário. Não vi nenhuma prioridade ligada a esse setor dentro do Orçamento da União que nos garanta os recursos para 2008. Esse é um questionamento que faço a V.Exa. Espero que a resposta seja convincente e, sobretudo, satisfatória, neste exato momento de crise em que lamentavelmente a pecuária e a agricultura, de maneira geral, não vão muito bem em nosso País.

Espero que o Governo Federal realmente priorize essa área, até porque nós dependemos visceralmente dela para a sobrevivência sobretudo dos homens do campo, na medida em que são os grandes artífices no momento do crescimento que espero que o Brasil tenha nos próximos 4 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Leão) - Deputado Eduardo Sciarra, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Relator, no momento assumindo a Presidência dos trabalhos, Deputado João Leão; Senador José Maranhão; Sr. Ministro Paulo Bernardo, conterrâneo do Paraná; Sr. João Bernardo, Secretário Executivo, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o Ministro Paulo Bernardo começa ouvindo palavras do Deputado



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ricardo Barros, que num passado recente sempre cobrou aqui posicionamento do Ministro, e ouvindo o Deputado Claudio Cajado, dos Democratas, fazendo elogios. O Ministro começa numa situação bastante confortável.

Quero, neste momento, fazer alguns questionamentos para esclarecer a todos nós sobre essa peça que estamos discutindo, a LDO, para que essa orientação nos seja importante quando da discussão e aprovação.

Uma das questões que provocou nova análise foi a revisão do PIB; o emprego, artificial ou não, da variação do PIB, de acordo com a revisão feita pelo IBGE.

Pergunto objetivamente como ficariam as metas fiscais, resultado primário, resultado nominal da dívida líquida, medidas em relação ao PIB. Elas serão afetadas com essa nova metodologia de cálculo do PIB? Na mesma linha, com relação ao crescimento do PIB, que já foi revisado, pergunto se esses crescimentos serão reconsiderados no atendimento dos gastos sociais, como aumento do salário mínimo, ações, serviços de saúde e outros de natureza social.

Agora, Ministro, objetivamente, entro na questão do que está contemplado no PAC, que com certeza nos próximos anos vamos discutir, na seqüência do PPA. Existem recursos da ordem de 100 bilhões de reais para áreas de habitação, interesse social e saneamento, que estão alocados para que a Caixa Econômica faça a sua aplicação. A Caixa Econômica tem o monopólio de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia.

Temos acompanhado a execução orçamentária dos últimos anos. Mesmo para aquilo que não está contingenciado não tem sido dada a resposta por parte da Caixa Econômica na aplicação dos recursos de habitação, de interesse social e saneamento, ao passo que tem crescido a aplicação de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, a partir da normatização feita aqui no Congresso Nacional.

Ministro, programou-se a viabilização de estrutura para dar vazão a esse volume considerável de recursos que está alocado, da ordem de 100 bilhões de reais, para atender a essas metas?

Por último, quero falar sobre a questão das receitas condicionadas. A LDO traz estimativas de receita incluindo os recursos da CPMF e DRU, na forma de receita condicionada. É um artifício que tem sido utilizado, porém, é questionável a possibilidade de prever na Lei Orçamentária recursos de tributos que têm prazo de vigência interrompido durante a vigência dessas leis orçamentárias.

V.Exa. tem alguma exposição a fazer sobre a possibilidade do que vamos considerar na discussão aqui no Congresso Nacional com relação à CPMF, à possibilidade de partilha para Estados e Municípios, à possibilidade de o Congresso aprovar uma redução no percentual da CPMF, e como isso afetaria no que estamos discutindo agora na LDO?

Da mesma forma, pelo montante de recursos envolvidos, solicito que V.Exa. informe a dotação das despesas financiadas com a Fonte 155, que são os recursos da CPMF, que estão previstas na LDO.

Era isso, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo, para responder aos questionamentos.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Obrigado, Sr. Presidente. Queria inicialmente agradecer ao Deputado João Leão as palavras. Não conheço o livro do Deputado Regis de Oliveira, que acabou de passar por aqui, mas gostaria de conhecer. Vou pedir para comprarem, porque conheço a competência e a capacidade de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. vai ganhar um de presente, Ministro, porque eu vou pedir a S.Exa.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Obrigado. Então já vou economizar esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Como sempre, economizando, Ministro.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado. De fato, se olharmos o quadro macroeconômico do Brasil — e V.Exa. citou a questão das reservas —, o último número que vi foi de 122 bilhões de dólares de reservas. Mas acho que todos os indicadores nessa área são muito bons, talvez até de forma inédita.

A projeção que o mercado está fazendo para a inflação, neste ano, é de menos de 4%, embora em nossa projeção ainda trabalhe com 4,5%. O Risco País, V.Exa. disse bem, está abaixo do risco dos países emergentes, depois de vários anos sem que isso acontecesse. Temos gerado emprego. Acho que a perspectiva de crescimento está muito positiva. Isso quer dizer que talvez tenhamos de redobrar a atenção para manter esse bom quadro. De forma alguma uma situação positiva como essa permite supormos que podemos relaxar e baixar a guarda, até porque todo esse conjunto de indicadores que perfazem um quadro positivo levou tempo para ser conseguido.

O Brasil, durante quase duas décadas, fez diversos planos; tentativas de estabilização foram feitas por vários Governos. Hoje estamos colhendo o fruto dos acertos e conseguimos superar os nossos erros. Acho que temos de zelar por isso.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Ricardo Barros apresenta uma série de questões. Primeiro, Deputado, quando fizemos o anúncio do aumento do PPI de 0,2% para 0,5% do PIB — isso foi no início do ano, quando foi anunciado o PAC —, ainda tínhamos o PIB calculado pela metodologia anterior do Banco Central. Aumentamos o PPI para 0,5% do PIB, e havia uma expectativa.

Quero lembrar o seguinte: quando falamos de PPI hoje, na verdade, estamos falando de um conjunto de projetos que podem ser executados, e, caso seja necessário, o Governo poderá deduzir esse valor do superávit primário. Do ponto de vista do PAC, é a única diferença que existe entre os projetos, porque vamos tratar todos os projetos do PAC da mesma forma, liberando todos os recursos, e não fazendo contingenciamento, pagando no prazo mais enxuto possível. Portanto, o que diferencia os projetos do PPI é essa possibilidade de eles serem diminuídos do superávit primário.

Mudamos o superávit para 3,80% do PIB porque o IBGE posteriormente divulgou uma nova metodologia. Acho que isso teve uma repercussão extremamente positiva. Salvo um ou outro caso isolado, não há questionamento sobre isso. O trabalho que o IBGE fez é reconhecido inclusive internacionalmente.

O que tínhamos? Se mantivéssemos a meta de superávit em 4,25%, isso significaria, na prática, termos de aumentar o esforço fiscal. E a avaliação do Governo, claramente, no momento em que queríamos fazer um esforço para investimento, foi a de que não deveríamos aumentar o esforço fiscal. Portanto, optamos por mantê-lo do mesmo tamanho, o que significa que ele percentualmente, em relação ao PIB, ficou menor. Por isso, o superávit primário projetado passou a ser de 3,80% do PIB. No caso do PPI, pela mesma razão, para manter o equilíbrio da conta que já tínhamos projetado, mantivemos o mesmo tamanho para o PPI e recalculamos como o percentual do PIB para 0,45%.

Deputado Ricardo Barros, para esclarecer, gostaria de dizer que continua prevalecendo o critério segundo o qual, no caso desses recursos incluídos no PPI, podemos abatê-los do superávit. É bom lembrar — e até procurei na minha fala mostrar — que, nos anos anteriores, não fizemos isso, a não ser em 2006, ano em que fizemos isso com uma pequena parcela.

Com relação ao uso de reservas para pagamento da dívida interna, parece-me que isso é um tema extremamente controverso do ponto de vista dos economistas. Tenho certeza de que, se V.Exa. está estudando isso, já percebeu quão espinhosa é essa questão. Parece que teríamos um desequilíbrio no câmbio, talvez na inflação, e isso afetaria a taxa de juros.

Isso teoricamente poderia ser feito, mas seria preciso internalizar esses dólares, o que levaria a um aumento da moeda circulante, podendo haver todas aquelas implicações que os economistas costumam medir, como excesso de liquidez, possibilidade de aumento na demanda, o que poderia afetar a taxa de juros. Portanto, parece-me que não é uma alternativa recomendável.

Há uma diferença — V.Exa. assinalou bem — de custo para manter a reserva e a questão da dívida interna, mas temos uma trajetória de juros declinantes, que tudo indica que vai continuar. O Brasil, nos próximos anos, vai ter taxas de juros compatíveis com as de qualquer país do mundo, como já temos inflação compatível com a da Europa e a dos Estados Unidos. Acho que vamos ter a nossa taxa de juros nesses patamares.

Gostaria de agradecer as palavras elogiosas e exageradas do Deputado Claudio Cajado. Mas quero dizer o seguinte: em relação à regra, para o caso de não termos a Lei Orçamentária aprovada, como seria feita a garantia da execução mínima? Acho que V.Exa. tem toda a razão. Talvez seja excessivo ter uma regra que possa levar o Governo... Evidentemente estamos falando em tese. Isso valeria para este e para qualquer Governo, ou seja, o Governo tem uma força capaz de levá-lo à tentação de dizer: *“Vou obstruir a votação; é melhor não haver Orçamento, porque aí fico livre para executar.”* Essa é uma preocupação democrática, não dos Democratas, mas de todos os democratas.

Um pouco desse questionamento já me foi levado pelo Deputado João Leão. O que achamos é que tem de haver, considerando antecedentes. No ano passado não aconteceu, mas no ano anterior o Orçamento para 2006 foi aprovado pelo Congresso, se não me engano, no fim de abril, e o sancionamos em maio. Então tem de haver uma regra que assegure continuidade, principalmente no caso de obras em andamento, dos empreendimentos das empresas estatais. Não há nada que justifique paralisar a máquina, porque houve..

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Ministro, sem querer lhe apartear, mas lhe aparteando, essa regra está definida na Constituição e no Regimento desta Comissão. Existe a regra, o importante é cumpri-la.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Tenho certeza de que a Comissão vai tratar muito bem disso.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - De nossa parte, todos aqui querem fazer um esforço para cumprir dentro de todos os prazos.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Então, vou passar adiante, Senador Maranhão.

Deputado Claudio Cajado, em relação ao PAC, V.Exa. se refere aos pagamentos feitos pelo Governo do Orçamento deste exercício. Mas temos de lembrar que temos um volume muito maior de recursos já empenhados de empreendimentos que estão andando. No caso das estradas, a média de empenho é de 20%, mas, no caso das estradas,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

é de 29%. Portanto, há um trabalho muito mais adiantado. O Ministério dos Transportes teve os seus recursos liberados antes, o Governo concentrou os esforços ali. Portanto, temos um volume de empenhos já de 29%.

Nos Restos a Pagar, o que foi pago é 39% de tudo o que estava escrito na área de transportes. Mas acho que essa preocupação e essa crítica de V.Exa. servem para nos estimular a acelerar. O PAC é para acelerar mesmo a execução. Não tem contingenciamento nesses recursos. Portanto, não há motivo para não serem executados. Estamos fazendo um esforço para isso.

No caso da DRU e da CPMF, de fato, nossa expectativa — um pressuposto de todas as nossas projeções de receitas — é que sejam aprovadas.

Deputado Claudio Cajado, V.Exa. e o Deputado Sciarra perguntam a que se destina a CPMF. É a mesma destinação que já está hoje na Constituição, ou seja, de 0,38%, uma parcela equivalente a 0,2% vai para a saúde; 0,1% vai para a Previdência, e 0,08% vai para o Fundo de Combate à Pobreza. Nossa proposta é que seja mantido, o que tem sido feito rigorosamente. O Tribunal de Contas não tem apontado nenhum tipo de problema.

Com relação à DRE, chegamos a pensar em propor uma fórmula como a da DRU para os Estados. Seria a Desvinculação de Receitas dos Estados. Mas conversamos com os governadores e descobrimos que não há acordo sobre isso. Vários são favoráveis, enquanto outros se manifestaram reticentes e até contra, em função de discurso anterior, de compromissos programáticos, de uma série de coisas. Acho que o Congresso terá de encontrar uma saída. Talvez colocar uma autorização. Como não havia consenso entre os interessados, achamos melhor não mexer. Mas acho que essa questão pode ser resolvida na tramitação.

O Senador Jayme Campos pergunta sobre o dispositivo para contenção de despesas correntes.

Na verdade, Senador Jayme Campos, temos interesse em uma execução, ao longo dos próximos anos, que garanta não uma diminuição forte, mas, como percentual do PIB, um valor decrescente das despesas correntes. Mais do que isso, queremos um horizonte com mais previsibilidade, ou seja, que o Governo não seja surpreendido por um crescimento explosivo das despesas. Se pegarmos os últimos 8 ou 9 anos, observaremos que as despesas cresceram e, conseqüentemente, o Governo fez um esforço para aumentar a carga tributária. Temos de fazer um esforço para reverter isso, ou seja, diminuir, como proporção do PIB, a carga de tributos arrecadados, e obrigatoriamente fazer um esforço para diminuir as despesas correntes.

Incluimos 2 projetos no PAC que achamos fundamentais: um é o projeto que trata do salário mínimo, porque achamos que isso resultará em uma regra de crescimento que todos defendem, não de congelar, de arrochar o salário mínimo, mas uma regra que assegura previsibilidade maior no crescimento dessa despesa, porque temos um impacto enorme do salário mínimo na despesa previdenciária; outro é o projeto de lei complementar que trata da despesa de pessoal, que o Deputado José Pimentel está relatando. Ele também estabelece um patamar de crescimento para as despesas de pessoal.

Se observarmos o que aconteceu nas despesas de pessoal do Poder Executivo nos últimos 12 anos, é compatível. Mas, de fato, achamos importante que isso seja feito para o próximo período, para termos uma previsibilidade maior em nossas despesas.

Senador, com relação a diárias e passagens, não faz sentido estabelecermos uma regra de todo ano diminuir 10%, porque acabaremos sem autorização de gasto para essas rubricas. Temos feito um trabalho para conter e limitar as despesas de viagens, como diárias, passagens e combustível, e queremos continuar a fazê-lo. Mas não acho que instituir uma regra todo ano para diminuir os 10%, como aconteceu no ano passado, seja a melhor alternativa.

Com relação ao agronegócio, também é uma prioridade para nós. Só este ano, a despesa com subsídios e subvenções para o setor agrícola soma 10 bilhões de reais, o que equivale a 0,4% do PIB. Isso está na Lei Orçamentária. Além disso, no projeto de LDO, colocamos várias — isso é consagrado pelo Congresso Nacional, não foi uma coisa que o Governo colocou — despesas que não serão objeto de limitação de empenho, ou seja, não poderão ser contingenciadas, dentre elas a equalização de preços e taxas no âmbito de operações oficiais de crédito. *(Pausa.)*

O João Bernardo me lembra — na verdade, é quase um anúncio; já saiu nos jornais — que estamos mandando para cá uma alteração em uma lei antiga, de 1943, que trata de abate de gado quando há suspeita de aftosa. Estamos mudando a regra para liberar a exigência de contrapartida por parte dos Estados em uma faixa de 150 quilômetros da fronteira, para atender à necessidade de fazer o combate à aftosa, particularmente na região fronteira da Bolívia e Paraguai, onde estão o Estado de V.Exa. e o meu, que têm dificuldades com isso.

O Deputado Eduardo Sciarra perguntou como a revisão do PIB afetou as nossas metas. Na verdade, como respondi ao Deputado Ricardo Barros, procuramos manter as metas em termos de valores e as reprogramamos em termos de percentual do Produto Interno Bruto.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A pergunta sobre os recursos do PAC para infra-estrutura social é importante. Primeiro, é verdade que o setor imobiliário está indo muito bem. O volume de crédito habitacional está adequado. A Caixa Econômica Federal informou que, no primeiro trimestre, aumentou em 29% o volume de empréstimos concedidos, e outros bancos também estão fazendo isso.

Isso também é fruto, Deputado Eduardo Sciarra, de medidas que o Governo adotou e que o Congresso Nacional teve a sabedoria de apoiar ou mudar, a exemplo da Lei do Patrimônio de Afetação, da Lei do Incontroverso e daqueles instrumentos de crédito imobiliário que foram criados, como cédula de crédito bancário. O Congresso Nacional aprovou uma série de coisas, o que levou a esse bom desempenho do setor imobiliário, que está puxando a construção civil.

No caso dos recursos para habitação de interesse social e recursos não-onerosos que estão no Orçamento — neste ano, da ordem de 3,7 bilhões de reais —, a primeira coisa que observamos foi que não tínhamos projetos onde investir esse dinheiro. É uma situação até inusitada, porque, como não havia normalmente recursos, os Estados e municípios não apresentavam projetos. Depois tínhamos recursos, mas não projetos.

Fizemos um trabalho com Estados e municípios e pedimos para que fossem enviados mais projetos. Já temos um grande volume deles e estamos fazendo tratativas com Estados e municípios, particularmente os grandes municípios em regiões metropolitanas, para selecionar os projetos e definir aqueles que serão financiados. Isso tem sido feito de maneira conjunta, e não separadamente. Normalmente fazemos reuniões com secretários de Estado, prefeitos ou secretários municipais, e colocamos na mesa a previsão de liberação de recursos para cada Estado, mas queremos, de comum acordo, priorizar.

Creio que isso vai ter um efeito positivo. Primeiro, não seremos acusados de manipular recursos, de liberar somente para quem é amigo ou próximo do Governo; segundo, não vamos deixar de fazer uma discussão transparente, para que os projetos com maior mérito, onde há maior necessidade, sejam atendidos.

De fato, isso significa atrasar um pouco a liberação dos recursos, mas creio que esse atraso trará benefício, porque, se levarmos 2 meses para realizar esse trabalho, com certeza isso será ganho em termos de qualidade do que vai ser executado depois. Por isso trabalhamos desse jeito.

No caso da CPMF, já respondi. V.Exa. mencionou a questão das receitas condicionadas. A destinação continua sendo a mesma já existente hoje: saúde, previdência e Fundo de Combate à Pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Ministro, talvez V.Exa. tenha se sentido lisonjeado pelos elogios feitos. Então cuidado.

Observando a proposta de LDO, ela tem alguns pontos positivos no tocante a interessantes inovações: o auxílio financeiro às exportações e à compensação dos Estados, cumprindo uma proposta apresentada pelo Presidente Lula aos prefeitos de cumprir a compensação do Estado em face da Lei Kandir. É interessante essa posição, principalmente no tocante à redução do limite de contrapartida aos municípios, Estados e Distrito Federal, saneamento ambiental, habitação, urbanização, assentamento precário, irrigação e ação do Pró-água. Grande parte dos municípios brasileiros acaba tendo dificuldade de investimento em função da contrapartida naquela relação de convênio.

Mas um artigo que acho interessante, até no tocante à transparência que deve ter a LDO, uma forma que tem o cidadão comum de acompanhar a execução orçamentária é o art. 46, inciso VI, que obriga os convenientes beneficiados com transferência voluntária a disponibilizar aos cidadãos meios de consulta ao extrato de convênio em instrumento similar. Recentemente a CGU, numa auditoria nacional, apontou uma série de irregularidades no tocante a convênios. Mas, no momento em que for disponibilizada a consulta para acompanhamento, o controle social se tornará mais efetivo. Parabenizo o Ministro por ter proposto essa inclusão do inciso VI.

O art. 110, inciso II, § 2º, permite que os pagamentos da conta de recursos recebidos da União feitos pelo conveniente possam ocorrer por outros meios que identifiquem os fornecedores e prestadores de serviço como cheque nominal. A pessoa terá que registrar o nome no cheque nominal, para evitar o famoso caso de colocação de fantasma ou pagamento mediante nota de empenho, quando muitas vezes acaba sendo beneficiado não o prestador, mas um conluio de pessoas para fraudar os cofres municipais.

Também é interessante a questão do não-contingenciamento de doações e convênios, pagamento, indenização de anistiado político, cumprindo uma dívida que tem o Estado brasileiro com os anistiados, a transferência da Lei Kandir, evidentemente, e o auxílio-alimentação ao pessoal militar do ex-território, que é a nossa região.

Faço uma pergunta ao Ministro no tocante ao PPI, com base no art. 43. O PPI tem uma série de objetos para investimento. Nós, da Amazônia, estamos debatendo, enfatizando, discutindo a questão do reflorestamento. O que significa



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reflorestamento? É uma infra-estrutura que permite que a base madeireira, ou seja, a matéria-prima seja consistente, constante ao longo do tempo, e uma atividade econômica fundamental na região: a indústria madeireira e moveleira.

No tocante às limitações ambientais corretas, às limitações ambientais estabelecidas, acaba não havendo alternativa para manter o funcionamento dessa indústria madeireira que não seja a extração ilegal de madeira. Então o aparato estatal no controle do desmatamento, no impedimento da retirada de madeira ilegal acaba sendo o caminho mais favorável, em face de uma falta de política de reflorestamento na Região Amazônica.

Pergunto ao Ministro se nessa discussão do PPI, nas novas versões do Projeto, poderia ser incluído o reflorestamento como base financiável de investimento incentivado do PPI.

Outra pergunta é no tocante à taxa de juros implícita na dívida pública brasileira. Foi estabelecida a taxa de juros de 13,7% para 2008. Evidentemente isso envolve uma conceituação de despesa financeira. Tem-se a taxa de juros. Os dados apontam que em dezembro essa taxa de juros, em âmbito real — taxa SELIC, evidentemente —, estaria em torno de 8%. Colocando um patamar de 13,6%, projeta-se uma despesa financeira equivalente que, por sua vez, acaba reduzindo o custeio, ou seja, parte do custeio da máquina acaba sendo diminuído em função desse maior custeio da dívida financeira.

Essa projeção de 13% está consentânea com as projeções de redução da taxa de juros SELIC até dezembro ou a partir do próximo ano? Porque está em torno de 13,7%, 13,6% e 13,6%, até 2010. O cenário mais otimista não indicaria uma taxa de juros menor — creio que a política monetária esteja nesse caminho.

São essas as considerações que faço.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, prezado Relator, Sras. e Srs. Deputados, prezado Ministro Paulo Bernardo, quero fazer algumas observações em relação aos parâmetros macroeconômicos apresentados na proposta de LDO. V.Exa. se referiu à existência presumível, segundo os últimos números, de reservas da ordem de 122 bilhões de dólares. Temos observado uma intervenção agressiva do Banco Central na aquisição de moeda estrangeira, com a intenção de assegurar a valorização do real no tocante à taxa de câmbio. Mas já são registrados 3 movimentos sobre os quais gostaria de ouvir a opinião de V.Exa., como Ministro do Planejamento.

Em primeiro lugar, há um consenso de que a intervenção agressiva que o Banco Central tem praticado para assegurar a valorização da moeda brasileira tem provocado um elevado custo fiscal da manutenção dessas reservas. Os jornais de hoje já anunciam a possibilidade, comentada pelo Ministro Guido Mantega, de se vir a oferecer ao setor exportador compensações no campo da renúncia fiscal, voltadas a minorar as suas perdas decorrentes da valorização do real.

Outro impacto evidente, já calculado e publicado nas páginas do próprio Governo, do Ministério da Fazenda sobretudo, é a prática cada vez mais acelerada de setores da economia brasileira de buscar empréstimos externos em moeda estrangeira e aplicá-los internamente em função da diferença das taxas de juros.

Conseqüentemente, quando se faz referência a uma taxa de câmbio de 2007 para 2 reais e 17 centavos, chegando em 2010 a 2 reais e 37 centavos, eu gostaria de ouvir do Ministro se há alguma avaliação desses 3 elementos, que têm evidentemente impactos fiscais na capacidade do Tesouro de responder às demandas de investimento, de responder às demandas dos gastos correntes, sobretudo ao financiamento dos programas incluídos no PAC.

Outra questão a que me refiro é a expectativa de recursos para investimento no Projeto Piloto de Investimentos — PPI. A estimativa para o exercício de 2007 é da ordem de 11,283 bilhões de reais, o que equivaleria a 0,45% do PIB. Temos observado que, mesmo com a disponibilidade dessa expectativa, não temos conseguido, junto aos projetos do Governo Federal, com a participação dos Estados e municípios, a execução integral dessa previsão.

Pergunto: no exercício passado, da disponibilidade de recursos para investimento no projeto-piloto, qual foi o percentual que conseguimos executar e quais foram os gargalos, os obstáculos encontrados à plena execução dessa previsão para o ano de 2010 de um volume de 14,865 bilhões de reais?

Outro aspecto, Ministro, é em relação à proposta de emenda à Constituição que prorroga a CPMF e a DRU. Quero expressar de antemão uma posição bastante refratária à extensão do mecanismo da Desvinculação das Receitas da União à esfera dos Estados e Municípios. Compreende-se no plano da União os encargos relacionados com a renegociação e o pagamento dos serviços da dívida, independentemente do debate sobre a gestão e administração da dívida, mas é inexplicável que se pretenda estender isso aos Estados e Municípios, que não têm sobre seu Tesouro o mesmo encargo a ser assumido com as dívidas, todas já pactuadas em valores prefixados com o Tesouro Nacional. Portanto, não nos parece uma boa idéia estender aos Estados e municípios a chamada desvinculação.

Gostaria de ouvir do Ministro que percentual do PIB tem representando hoje a arrecadação da CPMF e que percentual do PIB tem representado a Desvinculação das Receitas da União. E quanto ambos os valores representam na



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

formação do superávit primário do Governo Central? Ou seja, dos recursos anualmente computados, quanto equivale à receita da CPMF e quanto equivale previamente à retenção da Desvinculação das Receitas da União?

Outra questão é relacionada aos projetos na área de saneamento previstos no Programa de Aceleração de Crescimento. Gostaria de ouvir do Ministro qual é a sinalização no tocante à aplicação desses projetos para a implantação dos sistemas de saneamento. Temos uma série de normas previstas na Lei nº 11.445, sobretudo no que toca à apresentação dos planos municipais de saneamento, para que as cidades, dependendo da sua capacidade de endividamento e da sua condição de contrapartida, possam apresentar projetos na área de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Portanto, Ministro, quais são as expectativas ou as medidas a serem oferecidas pelo Governo Federal no tocante à capacitação dos Municípios para que possam, a curto prazo, dispor dos projetos e, conseqüentemente, elevar o percentual de execução dos recursos do PAC referentes ao saneamento ambiental?

Sr. Presidente, parece-nos bastante interessante a expectativa quanto à composição da dívida pública mobiliária. No relatório da dívida mensal publicado agora no mês de março, temos diversos indicadores que apontam uma substancial mudança da composição da dívida pública. Lembro aqui que no ano de 2002 o percentual de títulos prefixados representava menos de 2% do conjunto dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna, chegando recentemente a percentuais maiores do que a composição da dívida pública mobiliária relacionada com a taxa SELIC.

Temos acompanhado com muita atenção a evolução da redução da taxa básica, a taxa SELIC. Gostaria de ouvir do Ministro com que taxa de juros estão sendo remunerados os títulos prefixados, que representavam, em dezembro do ano passado, 36,13% do estoque da dívida pública federal em poder do público, chegando em março de 2007 à ordem 33,31%, num total de 425,8 bilhões de reais. Ao mesmo tempo, do percentual de títulos públicos federais a vencer em 12 meses, o percentual de prefixados está na ordem de 53,58%, chegando em março de 2007 a mais da metade do estoque da dívida pública federal em poder do público. Então, qual a remuneração oferecida aos títulos prefixados?

Segundo dados não confirmados, os títulos prefixados estão sendo oferecidos com remuneração maior do que a da SELIC. Então, estaríamos fazendo um movimento de soma zero. Reduzimos o percentual de títulos da dívida atrelados à SELIC no percentual total, reduzimos a taxa de juros, mas em compensação aumentamos o percentual de títulos prefixados, já que os investidores, de maneira esperta, procuram proteger a remuneração dos seus ativos frente a uma progressiva redução do montante de títulos atrelados à SELIC e do percentual de juros da taxa básica.

Gostaria, portanto, de obter essa informação do Ministro Paulo Bernardo. Quais são as taxas de juros que hoje remuneram os títulos prefixados? Elas estão abaixo ou acima da SELIC? E, se há essa disparidade, qual é a expectativa da Secretaria do Tesouro e do Ministério do Planejamento em relação à gestão macroeconômica da dívida pública?

Sr. Presidente, refiro-me ainda ao prazo de vida média da dívida pública mobiliária, prefixado para um período de 13 para 16 meses, enquanto a SELIC oscila de 22,4 a 22,8 em termos de prazo de vida média dessa dívida. Isso evidentemente tem rebatimentos no montante da dívida vincenda, como apontam aqui os planos de financiamento da dívida.

Ministro Paulo Bernardo, lembro que no exercício de 2004, para recursos orçamentários de 73 bilhões de reais, tínhamos uma necessidade de financiamento de 252 bilhões de reais. Para o exercício de 2007, com recursos orçamentários de 88,9 bilhões de reais, já chegamos a uma necessidade de financiamento de 370 bilhões de reais. Embora façamos um esforço fiscal gigantesco para reduzir a relação dívida/PIB, a previsão de chegarmos a 2010 com essa relação na casa de 36% significa ainda 20% a mais do que era a relação dívida/PIB em 1994. Então teremos passado 16 anos, de 1994 para 2010, com um esforço fiscal gigantesco, sem que fôssemos capazes de voltar sequer ao percentual que representava a dívida líquida do setor público em relação ao PIB em 1994. Qual é a avaliação que o Ministro Paulo Bernardo faz dessa oscilação, embora saibamos da redução conjunta da dívida líquida em relação ao PIB, mesmo reconhecendo que a dívida pública mobiliária interna não tem sido reduzida; pelo contrário, ela tem se mantido em percentuais praticamente constantes?

Por fim, qual o impacto desses indicadores na expectativa da condução da capacidade de investimento do Estado brasileiro? Esse me parece ser o caminho que estamos tentando seguir, aumentando em menos de 1 ponto percentual a capacidade de investimento para o projeto-piloto a ser abatido das metas de superávit primário.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quería mais uma vez pedir a atenção dos Parlamentares para a necessidade de se aterem ao tempo preestabelecido de 5 minutos, já que temos muitos oradores inscritos.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Ministro, não sei se V.Exa. é o melhor Ministro do Governo, mas está entre eles, com certeza. V.Exa. pelo menos é atencioso com seus colegas, retorna telefonemas. Isso já nos satisfaz. Pode até não atender, mas retorna os telefonemas.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro Paulo Bernardo, V.Exa. estava nesta Casa quando discutíamos muito o Orçamento. E nós, na Oposição. Hoje V.Exa. é Ministro, e ficamos felizes com isso, porque com certeza levou daqui pelo menos o aspecto crítico de, estando do outro lado, poder olhar o Governo agora por dentro. Eu, de igual forma, estou até um pouco constrangido, porque gosto de fazer mesmo oposição, mas agora sou base de Governo. Então tenho que me conter um pouco.

Mas o Deputado Ricardo Barros aqui falou sobre algo que é nossa preocupação também em relação à dívida pública interna. Na medida em que se pudesse resgatar parte dessa dívida, com certeza teríamos não só mais dinheiro circulante e, conseqüentemente, menor juros na ponta para o consumo. Não estou nem falando de taxa SELIC. Para o consumo, é mais dinheiro que circula no mercado. É dinheiro mais barato para o cidadão. Isso ativa o sistema produtivo nacional. É um círculo vicioso positivo, no sentido positivo.

Entendo que V.Exa. poderia se ater a isso e, de repente, levar isso ao Banco Central, porque, na verdade, o grande entrave do País ainda é o Banco Central. Ainda pagamos aqui 500 milhões de reais de juros por dia, o que, sem dúvida nenhuma, é um sacrifício, é uma sangria que se pratica contra o País. Acho que V.Exa., como bom conselheiro, poderia continuar insistindo com o Banco Central no sentido de que ele viesse a nos levar pelo menos a um patamar de juro real civilizado no que diz respeito à rolagem da nossa dívida. A taxa SELIC ainda é alta em relação à inflação, o que nos impõe juros reais que, tenho certeza, são os mais altos do mundo. Pelo menos é o que se noticia na área econômica. Essa é uma questão em que V.Exa. pode, ainda insistindo, quem sabe conquistar para o Brasil menor sacrifício no que diz respeito a tirar do cidadão o direito a uma vida melhor, a qualidade de vida, para jogar para o sistema financeiro. Ainda se sinaliza, ainda se aponta que no sistema financeiro estão os maiores lucros dos banqueiros nacionais.

Outra questão, Sr. Ministro, é com relação a Restos a Pagar. Há muito tempo eu fazia uma análise crítica quando dizia que não faz sentido mandarmos para o ano seguinte 12 ou 13 bilhões de reais, como se remeteu nos últimos anos, para serem pagos como Restos a Pagar. E quando remetemos os Restos a Pagar para o ano seguinte, não vai o dinheiro. O dinheiro vai para aquele colchão de liquidez do Banco Central. Então, se sangra o dinheiro, o financeiro vem do Orçamento do ano seguinte. Então pense numa metodologia que nos permita ter mais esse fôlego para investimento.

O que está acontecendo na realidade — tenho aqui os números — é que ano passado, como em anos anteriores ainda, 1995 e 1996, foram pagos mesmo apenas 25% do Orçamento previsto. Entre a relação pago com lei autorizativa orçamentária, só 25% foram pagos. Tenho certeza de que se pagou um pouco mais, mas foi de Restos a Pagar. Não temos o dinheiro para a execução de novos investimentos, porque estamos a pagar dívidas contraídas em anos anteriores, sem que esses recursos tenham vindo para o ano subsequente. Gostaria de ponderar essa questão a V.Exa., que aqui participou dessa discussão em outros momentos.

V.Exa. já deu razão ao Deputado Claudio Cajado, e entendo ser válida a posição de S.Exa. no sentido de que não permitamos tudo. Embora eu esteja hoje na base do Governo, entendo, com V.Exa., que é o autor da proposta, que deva ser retificado. E devemos fazê-lo.

Quanto às emendas, lembro que, à época em que denunciávamos superfaturamento de obras, aprovamos na LDO valores que limitavam custo de obras. Agora mesmo já começam a falar em superfaturamento de obras, principalmente no que diz respeito, parece, à Procuradoria do Trabalho. É uma obra de 2 mil e tantos reais por metro quadrado. E mais, saiu de 20 milhões de reais, num orçamento preliminar, para 120 milhões de reais.

Vou apresentar novamente para apreciação dos colegas na LDO proposta no sentido de colocarmos um freio, um limitante de valores. Perfeito, Deputado João Leão? Queria já sugerir a V.Exa. Naquela época, depois do Fórum Trabalhista de São Paulo, com aquele escândalo todo, e do Tribunal de Justiça também, do TJ, conseguimos colocar esses limitantes de valores. O Deputado Paulo Bernardo votou essa matéria àquela época conosco.

Acho que V.Exa. não está aqui só para planejar números, Ministro. Está aqui para planejar e pensar o Brasil como um todo em termos de planejamento estratégico global, amplo. Estou na Amazônia, no sul do Pará, a vivenciar uma coisa que me deixa um pouco preocupado. A China está levando do Brasil milhares de toneladas de ferro, de níquel, de cobre, de zinco, de alumínio, fazendo reservas estratégicas lá. Aqui, a Vale do Rio Doce há 20 anos anunciava que tínhamos, só na Serra dos Carajás, minério para 450 anos. Recentemente, disseram que temos minério para 150 anos. Daqui a mais 20 anos, tenho certeza de que vão dizer que teremos mais 50 anos de minério de ferro na Serra dos Carajás.

Outras serras foram descobertas, mas está saindo matéria-prima sem industrialização. Continuamos a ser colônia do mundo. Colônia, literalmente, às vezes por falta de um planejamento estratégico de país, por falta de atrair investidores para que pudéssemos verticalizar a nossa produção e não ver sangrar mais o Brasil. Há 30 anos foi escrito o livro *As Veias Abertas da América Latina*. Li esse livro acho que 2 vezes. Eu ficava indignado com a sangria que se praticava contra o País. Mas continuo indignado, porque não vejo se corrigir o rumo das coisas.

Então, Ministro Paulo Bernardo, faço um apelo a V.Exa., um homem que chegou lá em cima, que traz no seu peito a vontade de servir ao País. Tenho certeza disso. Eu o vi aqui vibrante na defesa dos interesses nacionais maiores. Que



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. pense um planejamento estratégico para proteger aquilo que não é renovável — os nossos minérios —, uma política industrial para o País, uma política de exportação de matéria-prima que venha a privilegiar o Brasil, os brasileiros, ou empresários que queiram vir aqui investir, gerar emprego, renda, qualidade de vida para o nosso povo. Pelo amor de Deus, pense nisso! É um apelo patético que lhe faço, mas que tem que ser feito.

Sr. Ministro, o detalhamento de investimentos ainda não foi feito. Temos 6,2 bilhões de reais pensando no Corredor Norte, em logística para a região Norte. Mas ainda não foi especificado quanto será destinado à Transamazônica, à Cuiabá-Santarém, à eclusa de Tucuruí. Queria saber de V.Exa. quando vai ser feito esse detalhamento de valores, para que possamos entender quando poderá ser construído. Isso é extremamente importante para acompanharmos o processo. V.Exa. sabe que temos chuva lá durante 8 meses do ano. Se não se liberar o dinheiro agora, dando condição para a obra iniciar agora, vamos pará-la antes de começar, em função das chuvas. Então é importante que isso aconteça.

Queria cumprimentar V.Exa., que aqui um dia esteve e que agora é Ministro. Vou acompanhar, cada vez mais atento, as ações de V.Exa. Se eu puder contribuir de alguma forma, V.Exa. disponha de mim. Eu o conheci bem de perto e o vi aqui numa luta permanente. Espero que agora, no Governo, V.Exa. possa dar essa contribuição cada vez maior para que o Brasil seja nosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Ministro Paulo Bernardo, é uma satisfação reencontrá-lo e vê-lo aqui na planície discutindo com seus ex-colegas os assuntos do Ministério do Planejamento.

V.Exa. é um dos Ministros de quem não se fala mal, só se fala bem. V.Exa. está desenvolvendo um trabalho excelente à frente do Ministério do Planejamento e é um dos poucos que atendem aos interesses da Comissão de Orçamento, que são, em suma, os interesses do País e do Governo que V.Exa. representa.

Não sou daqueles que reclamam dos juros altos. Não reclamo da dívida alta. Há pouco tempo, era de quase 53%. Estou vendo nesse mapa a previsão de que a dívida do Governo Federal chegue a 31%. Então, esses são assuntos que se resolvem à proporção que o País vai crescendo e se desenvolvendo. O que gostaria de ver, Ministro Paulo Bernardo, é aquilo que não vi nos meus anos de vida. Sou um dos mais velhos presentes aqui neste plenário, talvez não tanto quanto o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - V.Exa. se engana, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Não tanto quanto o Deputado Giovanni Queiroz, que é um sofrido companheiro do Pará. Mas ainda quero ver neste País uma inflação civilizada.

Sou defensor intransigente dessa política do Governo, de V.Exa. e do Banco Central. Não acho que os juros altos ou a dívida exagerada seriam piores do que uma inflação alta, que corrói o salário e o trabalho.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer. A minha interferência é para me congratular com V.Exa. e com as medidas que o Governo tem adotado, desde seu primeiro mandato, para debelar de uma vez a inflação. Como ia dizendo, espero antes de morrer ter uma inflação de país civilizado no meu País.

A última vez que vi isso foi em minutos. O Presidente Sarney criou o Plano Cruzado e, durante 3 meses, tivemos inflação civilizada, mas depois passamos para 80%. Assim várias outras tentativas ocorreram. Espero que esta, afinal, seja definitiva. Meus parabéns a V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Relator, nosso colega Deputado João Leão; Sr. Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; Sr. Secretário, João Bernardo. Quero dizer da satisfação que todos nós experimentamos. O Brasil todo acompanha esse ambiente de otimismo e de expectativas positivas.

O PAC traz essa possibilidade de o Estado brasileiro ocupar o papel que deve ser dele, de induzir, coordenar, articular ações no sentido de criar as condições para o crescimento, o desenvolvimento e a distribuição de renda. O PAC, junto com o PDE, que acaba de ser lançado, traz efetivamente uma abordagem nova para temas reclamados há tanto tempo pelo povo brasileiro, pela Nação brasileira.

É claro que mais importante do que lançar o Programa — e ele está bem-feito, bem constituído, com metas, objetivos e dados consistentes — é acompanhar a sua execução. Ele precisa ter uma execução, um bom acompanhamento, e eu não tenho dúvida de que seremos capazes de fazer isso.

Mas há alguns elementos, Sr. Presidente, que merecem uma apreciação na nossa opinião. Os dados apresentados pelo Tesouro Nacional indicam — e isso já foi abordado aqui — que os gastos com o projeto-piloto de



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

investimento têm sido muito baixos. Nesse primeiro trimestre, eles têm sido ainda muito pequenos em relação à expectativa que se tem para 2007, que é de 11,283 bilhões de reais. O Ministro já abordou esse assunto aqui.

Sr. Presidente, creio que devemos continuar com essa discussão nacional da taxa de juros, pois todos ficamos com a sensação de que é possível e de que precisamos ousar mais. Não seria possível esticar um pouco mais a corda em relação ao problema da taxa de juros? Há toda uma discussão em relação ao salário mínimo, e recentemente participamos desse debate numa Comissão Especial. Toda vez em que se discute o salário mínimo, alega-se que um dos elementos que justifica a ausência de uma maior elevação é o déficit da Previdência Social, que a instituição não suportaria.

Os dados que temos, por projeção do próprio Governo, indicam que o déficit nominal da Previdência para 2007, 2008 e até 2011 é decrescente nominalmente e decrescente em relação ao PIB, prevendo um crescimento de 5%. E precisamos ter a convicção de que isso vai acontecer. Quiçá alcancemos um valor mais elevado!

Assim, Ministro, gostaria de fazer uma reflexão com V.Exa. sobre a possibilidade de elevar esse salário mínimo, porque, pelo que foi demonstrado aqui, não é essa elevação que pressiona o déficit da Previdência. Temos o desafio de alcançar o salário mínimo constitucional, que hoje, segundo o DIEESE, estaria na faixa de 1.500 reais. Esse é um horizonte. Não seríamos tolos de imaginar que poderíamos chegar a esse valor de uma hora para outra, mas teríamos de ter, na minha avaliação, uma política mais efetiva e com maior velocidade para alcançar esse objetivo. As projeções aqui postas, Ministro, indicam um salário mínimo, em 2011, de 526 reais, para um crescimento de 5% ao ano.

Portanto, a ponderação que faço é se nós não temos condições efetivas de acelerar o crescimento previsto no PAC, fazendo os investimentos necessários, e se não poderíamos apostar numa recuperação do poder de compra do salário mínimo com velocidade maior do que foi previsto na proposta que consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, levando-se em conta que os dados da Previdência indicam claramente, na projeção apresentada, que há diminuição do PIB de 2007 em relação ao de 2011 da ordem de 2,03% para 1,44%. Portanto, parece-me que a Previdência não seria um obstáculo no sentido de conter essa elevação do salário mínimo.

Era essa a reflexão, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente; Sr. Ministro Paulo Bernardo, ex-Presidente da Comissão de Orçamento; Sr. João Bernardo Bringel, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Relator da LDO, Deputado João Leão, gostaria de levantar 3 questões objetivas, tendo em vista que há ainda nesta Comissão uma discussão a respeito dessa nova dinâmica, do novo funcionamento da Comissão de Orçamento. Alguns questionamentos estão sendo consolidados, especialmente sobre o comportamento dos recursos aplicados no PAC e a aprovação e execução do Orçamento de 2006.

Há, na verdade, o sentimento de uma espécie de seqüestro de prerrogativas sobre as quais, tenho certeza, todos discutiremos com o Ministério do Planejamento, durante a fiscalização da aplicação desses recursos, uma melhor forma de compreensão do papel da Comissão Mista de Orçamento e toda a complexidade do Programa de Aceleração do Crescimento.

Mas, Sr. Ministro, faço uma pergunta objetiva, já que é fruto de requerimento do Deputado Eduardo Sciarra, apoiado por Parlamentares desta Comissão, a respeito do PLDO de 2008, que, de maneira geral, repete o tratamento consignado na LDO de 2007 referente aos créditos adicionais, inclusive medida provisória. Como V.Exa. já presidiu esta Comissão, poderia nos comunicar sobre a concordância ou não com a implementação do mecanismo que contém o envio de créditos "mascarados" ou, como eram chamados antigamente, dos "jumbões", em que são consignadas suplementações para diversos órgãos nas mais variadas funções e subfunções.

Apenas para ficar no exemplo, cito as recentes Medidas Provisórias nº 343, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, dos Esportes e da Defesa; nº 344, do Ministério da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional; nº 346, da Previdência, da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura, do Planejamento, do Orçamento e Gestão e encargos financeiros da União; e nº 364, dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, dos Esportes, da Integração Nacional e das Cidades. Portanto, é uma especificação sobre esse novo relacionamento da Comissão de Orçamento, muito bem presidida pelo Senador José Maranhão, que tem nova dinâmica de acompanhamento da execução orçamentária.

Também faço uma interrogação a respeito do art. 61, § 8º, do Sistema de Informação das Estatais. A LDO de 2007 prevê, nesse artigo, que as empresas inseridas no Orçamento de investimento deverão manter atualizada sua execução orçamentária no Sistema de Informação das Estatais, o SIEST, de forma *on-line*. Novamente o PLDO de 2008 mantém o dispositivo e sua redação. Na oportunidade, pergunto a V.Exa. a quantas andam os lançamentos no Sistema, o



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acompanhamento para que esse Sistema esteja disponível, e em que tempo será possível transpor o acesso e a transparência concedidos aos gastos públicos federais pelo SIAFI e as despesas efetuadas nas Estatais no SIEST.

Por último, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Srs. Deputados, faço um questionamento sobre o andamento dos investimentos e o descontingenciamento dos recursos provenientes de taxas de fiscalização, importantes para o funcionamento das agências reguladoras. O Congresso Nacional debate um novo modelo para as agências. De certa forma, em todos os programas e manifestações do Governo com relação ao PAC, é destacada a importância e a segurança do investimento privado e a regra do jogo. Ao mesmo tempo, notamos 2 mundos: o mundo da expectativa de sucesso do PAC, da participação efetiva do setor privado; e o mundo do ambiente regulatório, que atravessa a inconsistência jurídica e legislativa, já que a cada momento se discute um novo modelo de agência, e suas prerrogativas passam por portarias e decretos, o que enfraquece a regra do jogo. E o ponto crucial é a plena disponibilidade dos recursos para o funcionamento das agências.

Reforço ainda a preocupação do Deputado Eduardo Sciarra com a composição dos recursos do PAC e de outras receitas da União, que levam em conta a aprovação automática e instantânea da CPMF, ao considerarmos a impossibilidade momentânea de o Presidente Lula cumprir com o repasse de 1% às prefeituras, o ambiente político e a discussão legislativa. Tudo isso pode ou não manter essa expectativa na composição da receita, já que há uma expectativa também de Estados e municípios de nessa nova fase discutir a aprovação da CPMF.

Finalizando, gostaria de saber qual é a opinião do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, sobre a possibilidade de uma recomposição na capacidade de endividamento dos Estados, dentro dos limites do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de que respondam à necessidade de investimento. Como o Ministro vê essa alteração, levando em conta a maneira com que se deve portar o Governo, como guardião, como a sociedade brasileira, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma conquista, um avanço? É necessário revermos parâmetros, para que os Estados recuperem a capacidade de investimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Passo a palavra ao Ministro Paulo Bernardo, para responder às perguntas feitas pelos Deputados Giovanni Queiroz, Pedro Novais, Daniel Almeida e Eduardo Gomes.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Rubem Santiago fez uma série de questionamentos. Procurarei responder àquelas que, no âmbito das minhas atribuições, tenho condições de responder.

Quanto à utilização de reservas, ao crescimento das reservas e ao custo fiscal, acho que já discutimos anteriormente. O Brasil está consolidando uma situação de grande respeitabilidade em suas finanças, e o volume atingido pelas reservas é mais um componente nesse aspecto. Isso dá uma tranquilidade muito maior numa eventual instabilidade externa, como aconteceu em outras épocas. Hoje o cenário externo é benéfico, tem sido positivo, mas não seria prudente trabalhar achando que isso será eterno.

Com relação à discussão sobre a área externa, o Ministro Guido Mantega tem conduzido o trabalho discutindo a nossa competitividade no comércio exterior e a possibilidade de alterarmos algumas regras que aliviem a situação particularmente dos setores que utilizam mão-de-obra intensiva, concretamente a contribuição previdenciária e outras regras tributárias em discussão.

Parece-me que essa é uma alternativa que tem de ser discutida, evidentemente, no âmbito de uma mudança tributária. Nada impede que seja feita de maneira separada, isoladamente, mas temos de ver o conjunto do que queremos como política tributária, mesmo no âmbito da reforma tributária. Acho que essa é uma alternativa, Deputado Paulo Rubem Santiago, muito mais sensata do que uma mudança no câmbio, que certamente desarrumaria em grande parte o que organizamos nesses anos. Portanto, o Ministro Guido Mantega tem se esforçado para elaborar uma proposta nesse sentido.

Com relação ao PPI, empenhamos todos os recursos no ano passado, e o que abatemos da meta de superávit foi o equivalente a aproximadamente 1 bilhão de reais. Na verdade, não usamos toda a possibilidade, que era de 3 bilhões de reais.

Com relação à DRU e à possibilidade de sua extensão para os Estados, acho que isso é uma discussão que o Congresso Nacional tem de resolver. O Governo não fez nenhuma proposta nesse sentido. V.Exa. fez uma ponderação sobre essa possibilidade, mas não é proposta do Governo. Chegamos a discutir isso, e resolvemos que não iríamos propor.

Na verdade, achamos fundamental a aprovação tanto da CPMF quanto da DRU. Não há perspectiva de mudança na destinação feita hoje, integralmente utilizada para Saúde, Previdência Social e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Claro que, no caso da CPMF, há uma parte atingida pela DRU, mas o que volta para a Previdência Social é a parcela superior. O que foi usado no ano passado foram aproximadamente 9 bilhões de reais para as contas da Previdência Social.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à questão dos municípios, Deputado Paulo Rubem Santiago, de fato, V.Exa. tem razão. Quando dissemos que não tínhamos projetos suficientes para os recursos que foram disponibilizados, evidentemente tem de ser tomada alguma providência.

Primeiro, alargamos o prazo para apresentação de projetos. Em segundo lugar, a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades montaram um trabalho para executar em parceria com os municípios e, em alguns casos, com os Estados, para propiciar assistência. Até reservamos recursos do PAC para financiar a confecção de projetos, para que os municípios pudessem eventualmente contratar, fazer esse desenvolvimento.

E também temos uma parcela de recursos da área de saneamento para ajudar a melhorar a situação fiscal das empresas de saneamento. Isso está sendo discutido com todos os Estados, e estamos vendo como podemos ajudar a financiar uma recuperação pronta, para que essas companhias estejam em condições de ser grandes operadoras no sentido de executar os projetos, até porque isso é um problema. Como temos os recursos, e não vamos executar os projetos, não é o Governo Federal que vai executá-los, precisamos que os municípios e os Estados façam isso.

Essa parceria, essas tratativas que estamos discutindo, negociando, quanto vai para um determinado Estado, quais projetos serão priorizados, estão sendo feitas, repito, de maneira bem transparente, para não haver dúvida de como vai ser feito, mas precisamos que isso seja definido e que os municípios e Estados tenham condições de executar.

Com relação a todas essas questões sobre a dívida, quero dizer a V.Exa. que, de fato, tínhamos, no final de 2002, aproximadamente 2% dos títulos prefixados. E, se não me falha a memória, tínhamos um pouco mais de 33% de toda a dívida indexada ao dólar.

O que acontecia? Toda vez que havia uma variação no câmbio, o Brasil entrava em crise, era aquela coisa de *swap*, *swap* reverso, uma correria para tentar resolver isso. Então a administração da dívida feita pelo Tesouro nesse período acabou com isso. Não temos mais dívida em dólar. Essa possibilidade de haver uma variação cambial, que os exportadores hoje torcem para que aconteça, não trará problema algum na administração da dívida, isso está solucionado. E quanto à parcela da dívida prefixada que foi aumentada, está em quase 35% hoje, 36%, não vou arriscar falar em taxas aqui porque me parece que são as taxas contratadas no dia. O Secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, virá daqui a 2 dias a esta Comissão e certamente poderá discorrer melhor sobre isso.

Mas me parece que conquistamos uma situação de previsibilidade, de estabilidade, de saber com antecedência para os próximos anos quanto vamos ter de pagar. E concretamente 36% da nossa dívida são pela SELIC, e 37,31% são prefixados.

Veja bem, temos uma situação de muito maior estabilidade, de muito mais tranquilidade.

Quanto ao custo, parece-me que há um consenso de que o estamos baixando seguidamente, à medida em que vai diminuindo a taxa de juro. O Deputado Giovanni Queiroz disse que temos os juros mais altos do planeta, mas já tivemos a inflação mais alta do planeta, Deputado. E temos de lembrar o seguinte: o que está acontecendo no Brasil hoje é resultado do que ocorreu nas últimas décadas. Não fazemos as bobagens que o País fez em termos de administração monetária, política cambial e econômica. Não fazemos esse conjunto de erros ou, eventualmente, de acertos, impunemente. As contas ficam aí para serem resolvidas.

Então o Brasil ainda tem, se compararmos a outros países, uma dívida altíssima. Estamos projetando que vamos chegar ao final deste ano com 43% do Produto Interno Bruto. O Deputado Pedro Novais falou em 53%, mas foi 57% em 2002.

Estamos fazendo um trabalho que acho que vai ajudar a melhorar todo esse perfil de ter um quadro em que gradativamente, de maneira consolidada, vamos resolvendo essa situação.

V.Exa. pondera, com muita sabedoria, essas questões do uso da reserva, da dívida. Se tivéssemos menos obrigações a pagar e menos dívidas, evidentemente teríamos maior disponibilidade para investimento ou para programas sociais, e me parece que isso já está ocorrendo.

Quando V.Exa. pondera que teríamos mais dinheiro para fazer distribuição de renda, para melhorar a renda das pessoas, para melhorar o consumo, concordo, Deputado Giovanni Queiroz, mas já estamos fazendo isso.

Veja o que está acontecendo em relação ao consumo das famílias. Se pegarmos os últimos 3 anos, o consumo das famílias aumentou, em média, 5%, 6% ao ano. Se pegarmos o que aconteceu com o poder aquisitivo das famílias, particularmente as de baixa renda, houve um aumento expressivo. Já vi notícia, no Norte, no Nordeste, de aumento de 38% do poder aquisitivo. E é bom lembrar que tivemos aumento na renda e inflação muito menor.

O Deputado Pedro Novais falou em inflação de país civilizado. Acho, Deputado Pedro Novais, que V.Exa. vai ter vida longa e verá não só inflação, mas juros de país civilizado.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Afirmações como a que V.Exa. fez, Deputado Giovanni Queiroz, de que o Brasil tem os juros mais altos do mundo, não vou nem discutir, é possível que seja mesmo. Mas isso está prestes a deixar de ser verdadeiro. Talvez nos próximos 4 anos não tenhamos Parlamentares dizendo isso nos nossos debates, porque está sendo resolvido.

O que temos de entender é o seguinte: isso não se faz com movimentos bruscos, não se faz com pacotes, com planos. Acho que o grande mérito que temos neste Governo é de projetar uma política, anunciar qual é a política — as pessoas e as empresas sabem —, e isso significa que todos podem planejar e se preparar para o que vai acontecer. Essa previsibilidade é absolutamente importante.

Com relação às questões sobre Restos a Pagar, Deputado Giovanni Queiroz, concordo plenamente com V.Exa. Estamos buscando, no Ministério do Planejamento, alternativas para isso.

De fato, como deixamos Restos a Pagar — em alguns casos, os técnicos brincam que são restos a executar —, comprometemos o financeiro do ano seguinte. Uma das alternativas que estamos trabalhando é transformar os investimentos numa categoria plurianual. Em vez de fazermos um Orçamento em que, a cada ano, teríamos de colocar um pouco de dinheiro para determinada obra, nós colocaríamos uma obra com a obrigação de todo ano completar o dinheiro. Aí não haveria problema de fazer essa gestão ano a ano, trancar: ou pára a obra, ou deixa em Restos a Pagar. Enfim, não conseguimos fazer a melhor administração. Estamos trabalhando isso.

V.Exa. tem toda a razão quando fala na necessidade de haver um planejamento estratégico, algo que preveja um horizonte mais largo. No PAC, já estamos ensaiando fazer esse movimento, ter um planejamento estratégico com prazo maior. Tanto que estamos fazendo obras, projetos, estudos, de maneira que o próximo Governo tenha uma série de ações já iniciadas para tocar, como na área de energia, por exemplo.

V.Exa. cobra que se especifiquem claramente os recursos para as eclusas de Tucuruí, quanto vai para a Transamazônica ou para a BR-163. Os recursos para a BR-163 já estão definidos, pelo menos internamente no Governo. Vamos alocar recursos — parece-me que é 1,5 bilhão de reais — para construir. O João me pede para corrigir o seguinte: em todos esses empreendimentos que colocamos, projetamos colocar os recursos em 4 anos, suficientes para concluir, ou, se for possível, em menos tempo.

Quero aproveitar e fazer um intervalo comercial brincando, mas precisamos aprovar — a Comissão já aprovou — no plenário do Congresso a mudança da LDO, para colocar os nossos recursos. “É só marcar”, disse o Deputado Eduardo Sciarra, e fico feliz de ouvir isso. Precisamos colocar o restante dos recursos e fazer andar.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - O Deputado Eduardo Sciarra está nos trazendo uma notícia boa.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - É ótima.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Vamos discutir a Emenda nº 03. (*Risos.*)

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Deputado, é importante, porque aí vamos poder fazer. De fato, Deputado Giovanni Queiroz, o que queremos é o seguinte: a BR-163 custa 1,5 bilhão de reais, e o nosso planejamento é colocar ano a ano, durante esses próximos 4 anos, 1,5 bilhão de reais. Não sei exatamente quanto vai ser em 2007 e 2008. Provavelmente vai ser feita uma distribuição igual para cada ano, mas não garanto isso. O Sr. João Bernardo está dizendo que não é linear. Há outros projetos. Dividimos a Ferrovia Norte-Sul em 4 partes e colocamos os recursos. Há outros casos em que não fizemos isso.

Deputado Daniel Almeida, acho que esse cenário otimista que estamos vivendo na economia, mesmo na área social, é um estímulo para que continuemos praticando a política e eventualmente avaliando se é possível aprofundar. O que aconteceu com o anúncio do PAC e, depois, com as medidas na área da educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação, na verdade, bem de acordo com o que V.Exa. discursou, mostra estarmos também sinalizando que, para o Governo, temos condições de dar passos adiante em relação ao que foi feito anteriormente.

Ouvi V.Exa. cobrar que precisamos acelerar a execução, e é isso mesmo o que queremos. A cobrança do Presidente tem sido essa. Às vezes, jornalistas me perguntam se é verdade que o Presidente deu uma bronca nos Ministros. Eu respondo que não sei, porque na verdade vejo o Presidente dar bronca várias vezes. Não sei se é a essa vez que eles se referem, mas ele tem feito isso no cotidiano, no sentido de garantir que as coisas andem mais rapidamente.

Com relação ao salário mínimo, V.Exa. foi membro da Comissão Especial, e tenho certeza de que votou favoravelmente. Estamos com uma projeção de ter uma política de valorização do salário mínimo para os próximos 15 anos, até 2023. Como evidentemente é importante levar em consideração que o Brasil muda de Governo a cada 4 anos, colocamos um dispositivo segundo o qual há uma revisão no primeiro ano de cada Governo. Se isso for aprovado na Câmara e depois no Senado, valerá até 2011 e terá uma revisão em 2011, mas com continuidade até 2023.

O Deputado Eduardo Gomes levantou uma série de questões, inclusive o fato de termos medidas provisórias para créditos com vários órgãos ou Ministérios. Primeiro, o ideal seria que não tivéssemos, que fizéssemos projetos. Mas o que eu queria ponderar aqui, de maneira fraternal com os Parlamentares — trabalhei aqui —, é que temos dificuldades. Às



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vezes vem um projeto para cá, e não é aprovado, como já aconteceu. Há um projeto de crédito para a PETROBRAS que veio para cá no ano passado, ficou o resto do ano, não foi aprovado, e o mandamos em dezembro como medida provisória. De fato, é difícil compatibilizar isso, porque a empresa precisa funcionar, ela precisa tocar. Temos de fazer um esforço nesse sentido, mas entendo.

Por que às vezes mandamos medidas provisórias com o nome de vários Ministérios? Porque também temos a preocupação de não mandar para cá um número enorme de medidas provisórias. O Presidente tem dito que não é para mandar medida provisória, a não ser em caso em que não haja alternativa. Estamos com essa questão da febre aftosa, com a mudança nas regras e um pouco de recursos, segurando lá, porque estávamos aguardando a aprovação da LDO para mandarmos junto com o PPI. Pelo jeito, como está ficando muito urgente, vamos ter de mandar na forma de medida provisória para resolver, até porque existe a pressão, principalmente do Mato Grosso do Sul, para resolvermos. Vamos ter que dar uma solução até o final da semana.

Quanto às estatais, V.Exa. tem toda a razão. Temos uma previsão de integrar o sistema das estatais com o SIAFI, para permitir consulta aos dados dos balanços até maio de 2008. Esse é um cronograma demorado, mas, na verdade, é um trabalho muito complexo e especializado. Estamos trabalhando nisso. Até o ano que vem, nesta época, os Parlamentares, com a chave do SIAFI, vão poder acessar também dados de balanço e investimentos das estatais.

V.Exa. disse algumas coisas sobre a CPMF. Não achamos que será uma aprovação automática e instantânea. Essa é uma discussão importante, queremos discutir com o Congresso. Aliás, a vontade de debater com o Congresso está muito bem expressa na justificativa da emenda. E queremos também debater essas demandas dos Estados. V.Exa. disse bem: temos uma pressão grande dos Governadores, particularmente nessa questão do limite de endividamento. Para quem não está acompanhando, a Lei nº 9.496, de 1996, que fez a renegociação das dívidas dos Estados, estabeleceu uma regra restritiva. Da mesma forma a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu uma regra restritiva: uma estabelece “uma vez a receita líquida real”, e a outra, “duas vezes a receita corrente líquida.” Uma coisa não é o dobro da outra, mas, de fato, há uma diferença entre esses limites. Só que, como há duas em vigor, a menor trava a outra.

Há uma demanda dos Governadores para destravar no limite mais baixo e deixar chegar ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso está sendo trabalhado dentro do Governo. Estamos analisando o impacto disso, mas com a visão de que é importante dar aos Estados alternativas para que tenham recursos para fazer investimentos, porque os Governadores estão dizendo que precisam ter fôlego para fazer investimentos, que querem fazer o que o Governo Federal fez; ter recursos para fazer um PAC ou coisa parecida. Então, parece-me que temos de ter sensibilidade, evidentemente considerando o impacto disso, o que vai significar em termos de finanças. Queremos resolver. Assim que houver alguma evolução, terei condição de lhe dar um retorno.

Sr. Presidente, dou por encerrada minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que parabeno o Sr. Ministro, o Sr. João Bernardo Bringel e o Deputado João Leão, gostaria de dizer que a pergunta que faria ao Sr. Ministro já foi feita pelo Deputado Daniel Almeida.

Mas só tenho a parabenizar esta Comissão pela exposição do Sr. Ministro, que infelizmente, por ter tido que sair para uma audiência, perdi quase integralmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado João Leão, para o segundo tempo de seu discurso.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Caro Ministro Paulo Bernardo, foi apresentada aqui — e serei breve porque estamos em processo de votação — a questão do um doze avos inquirida pelo Deputado Claudio Cajado.

A minha opinião é que não podemos impossibilitar as empresas estatais, a ELETROBRAS e a PETROBRAS, de continuar trabalhando se o Orçamento não for aprovado. As grandes obras deste País, como as das rodovias e ferrovias, não podem ficar paradas. Senão, isso acarretará um custo financeiro para o Brasil. Estamos estudando esse assunto com os companheiros da Comissão e vamos chegar a um consenso.

A questão defendida pelo Deputado Giovanni Queiroz, relativa às obras do Judiciário, é algo que tem preocupado plenamente esta Comissão. O preço por metro quadrado dessas obras está, em média, elevado. A Comissão adotará uma posição sobre isso, até porque já existe um consenso aqui.

Outro aspecto, Sr. Ministro, que gostaria de lembrar a esta Comissão é que o PPI foi criado por um trabalho de Parlamentares desta Comissão. Quando criamos o PPI, de início o Governo foi contra, mas “o santo baixou” no Presidente Lula, e S.Exa. foi 100% favorável a ele. Nasceu o PPI, que teve aplicações, vem crescendo, e hoje chegou ao PAC. Esta Comissão estuda agora uma solução para novamente ajudar o Governo com a LDO no que diz respeito às reservas



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cambiais. O acúmulo contínuo de reservas cambiais, na minha opinião e na de outros Parlamentares, poderia ser utilizado para o crescimento e o desenvolvimento do País. Estamos estudando essa questão e vamos chegar a um consenso nesta Comissão. E antes do consenso obviamente V.Exa. vai participar.

Além disso, Sr. Ministro, só tenho a lhe desejar um bom final de dia e dizer que V.Exa., como sempre, deu um *show* nesta Comissão. A sua experiência de ex-Relator da LDO, de ex-Presidente desta Comissão e de Ministro do Presidente Lula há quase 3 anos está criando em V.Exa. cada dia mais capacidade. Então para nós, companheiros, amigos e colegas desta Comissão, é um prazer muito grande ver o belo trabalho que V.Exa. está fazendo à frente do Ministério do Planejamento e Gestão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não gostaria de encerrar esta sessão sem agradecer a presença ao Sr. Ministro Paulo Bernardo — aliás, um Parlamentar aqui na vizinhança estava dizendo que o Ministro na última resposta que deu revelou uma grande saudade do Parlamento.

Agradeço também ao Sr. João Bernardo Bringel, Secretário Executivo do Ministério, a sua equipe técnica e a todos os Parlamentares presentes.

Para ser democrata, porque dizem que não existe excesso em ser democrata, gostaria de dar a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra, que pelo jeito quer fazer seu quarto discurso hoje.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, farei apenas uma réplica, e muito curta, até porque estamos em processo de votação.

Solicitaria ao Sr. Ministro Paulo Bernardo, que tratou da CPMF e das fontes de utilização desse recurso, se possível, em nome do Poder Executivo, que explicitasse, encaminhando a esta Comissão, documentação discriminando, na estimativa de receitas, quais são os recursos e a destinação da Fonte 155. Também em relação às despesas por programas financiados com recursos da Fonte 155, gostaria de saber se há a possibilidade de o Ministério nos repassar a discriminação delas. Ficaria grato em receber essas informações.

Por fim, agradeço mais uma vez a V.Exa. a participação.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Perfeitamente. Será encaminhado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Convoco reunião desta Comissão para a próxima para quarta-feira, dia 9 de maio, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.